

Inquérito Civil n. 06.2018.00004911-0**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, representado neste ato pelo Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê, Dr. **Marcionei Mendes**, designado COMPROMITENTE, e **CLEUDETE TEREZINHA CHIAMENTI SCHLINDWEIN**, nome fantasia **ENGENHO DAS FESTAS**, inscrita no CNPJ n. 27.758.163/0001-94, estabelecida na Rua Amazonas, 635, Centro, no município de Xanxerê/SC representada neste ato pelo representante legal, conforme certificado da condição de microempreendedor individual acostado aos autos, **Cleudete Terezinha Chiamenti Schlindwein**, inscrita no CPF n. 867.736.909-00 e portadora do RG n. 1.494.797, SESP/SC, residente e domiciliada na Rua Marechal Deodoro, 635, apto. 06, Centro no município de Xanxerê/SC, telefone (49) 98501-9193 ou (49) 99914-1992 (Evandro Schlindwein), designado COMPROMISSÁRIO, com a presença de **Samuel Guarnieri**, do **Corpo de Bombeiros de Xanxerê**:

Considerando que ao primeiro foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais e individuais indisponíveis, mormente os interesses difusos e coletivos (artigos 127 e 129, II e III, da Constituição Federal de 1988 e arts. 81, I, e 82, I, CDC);

Considerando que o artigo 108, incisos II, III e IV, da Constituição do Estado de Santa Catarina atribui ao Corpo de Bombeiros Militar a incumbência de regulamentar, fiscalizar, sancionar e periciar quanto à segurança contra incêndios em edificações;

Considerando que o Código de Defesa do Consumidor estabelece como direito básico do consumidor a proteção à vida e à saúde dos consumidores bem como a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral;

Considerando que as normas de segurança contra incêndio estabelecidas no Decreto-Lei Estadual n. 4.909, de 18 de outubro de 1994,

1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê

preveem a necessidade de existência de sistemas preventivos e de proteção contra incêndio no edifício;

Considerando a necessidade de implantação e regularização dos sistemas preventivos e de proteção citados, a fim de garantir a proteção à vida, à saúde e à segurança dos moradores, clientes do estabelecimento comercial e demais transeuntes do local;

Considerando que o Corpo de Bombeiros de Xanxerê encaminhou relatório informando que o estabelecimento Engenho das Festas apresenta irregularidades no que tange à estrutura da edificação (fls. 5, 9/10) e que no curso do presente Inquérito Civil se apurou que até 11/11/2019 não houve regularização, conforme informação de fl. 116, sendo necessário o cumprimento das exigências para regularizar a situação e garantir a segurança e integridade dos frequentadores do local;

RESOLVEM celebrar o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fulcro no artigo 5º, §6º, da Lei 7.347, de 24.07.85, mediante os seguintes **TERMOS**:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

1. O COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de fazer consistente em **realizar a alteração do Projeto Preventivo Contra Incêndio e Pânico (PPCI) e a execução**, adequando a estrutura física do estabelecimento para as exigências estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros para ocupação do tipo "reunião de público sem concentração de pessoas", **no prazo de 6 (seis) meses**, devendo apresentar junto à 1ª Promotoria de Justiça de Xanxerê cópia do Atestado de Funcionamento definitivo (Habite-se) para comprovar que as alterações do PPCI foram aprovadas pelo Corpo de Bombeiros e devidamente executadas.

Parágrafo Único - Em caso de impossibilidade de cumprimento das exigências no prazo indicado no item 1, o COMPROMISSÁRIO poderá obter a prorrogação do prazo mediante a apresentação de requerimento contendo justificativa plausível e indicação do prazo necessário para o cumprimento das obrigações, além de conter expressa concordância do Corpo de Bombeiros, cujo

1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê

documento deve ser apresentado na 1ª Promotoria de Justiça, **no mínimo, 15 (quinze) dias antes do término do prazo estabelecido.**

2. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a manter atualizados todos os alvarás e licenças necessárias para o funcionamento do estabelecimento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O COMPROMITENTE compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual contra o compromissário, no que diz respeito aos itens ajustados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MULTA E DA EXECUÇÃO

1. O não-cumprimento do ajustado na Cláusula Primeira implicará na responsabilidade do COMPROMISSÁRIO do pagamento de multa pecuniária no **valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) e máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, valor a ser definido pelo membro do Ministério Público de acordo com a gravidade da irregularidade identificada, sem prejuízo da responsabilização civil, administrativa e penal, nos termos do artigo 25, §3º, do Ato n. 395/2018/PGJ¹.

2. **Além da multa pecuniária, o descumprimento de qualquer dos itens ajustados acarreta a execução judicial das obrigações de fazer correspondentes.**

3. A multa pecuniária deverá ser recolhida em favor do **FUNDO PARA RECUPERAÇÃO DOS BENS LESADOS DE SANTA CATARINA**, criado pelo Decreto Estadual nº 10.047/1987, conforme art. 13 da Lei 7.347/85, por meio de boleto a ser entregue por esta Promotoria de Justiça, nos termos da Portaria n. 51/2014/FRBL, ciente da possibilidade de protesto do valor caso não haja o pagamento voluntário.

¹ Art. 25 [...]

§3º A celebração do Compromisso de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público não afasta, necessariamente, a eventual responsabilidade administrativa ou penal pelo mesmo fato nem importa, automaticamente, no reconhecimento de responsabilidade para outros fins que não os estabelecidos expressamente no compromisso.

1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente ajuste entrará em vigor na data da sua assinatura.

Por fim, por estarem compromissados, firmam este **TERMO**, em 03 (três) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 6º da Lei nº 7.347/85.

Xanxerê, 10 de dezembro de 2019.

[assinado digitalmente]
MARCIONEI MENDES
Promotor de Justiça

Cleudete Terezinha Chiamenti Schlindwein
Engenho das Festas

Samuel Guarnieri
Corpo de Bombeiros de Xanxerê

Testemunhas:

Daiane Calza
Assistente de Promotoria

Glaucia Cristina da Cunha
Assistente de Promotoria

Inquérito Civil n. 06.2018.00004911-0

Nesta data, o abaixo assinado toma ciência da promoção de arquivamento exarada nestes autos, diante da celebração do Termo de Ajustamento de Conduta.

Xanxerê, 10 de dezembro de 2019.

[assinado digitalmente]
MARCIONEI MENDES
Promotor de Justiça

Cleudete Terezinha Chiamenti Schlindwein
Engenho das Festas

Samuel Guarnieri
Corpo de Bombeiros de Xanxerê